

Relatório de síntese das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) 2025

O novo Relatório Síntese das NDCs, compreendendo as metas atualizadas para o período 2031-2035, foi publicado pelo Secretariado da UNFCCC no dia 28 de outubro de 2025 e aponta que os planos atualizados representam o conjunto mais ambicioso desde a adoção do Acordo de Paris.¹ Apesar de um aumento expressivo na qualidade, credibilidade e abrangência econômica, a soma dos compromissos permanece insuficiente para limitar o aquecimento global a 1.5°C.

O levantamento analisou 64 NDCs submetidas entre 1 de janeiro de 2024 e 30 de setembro de 2025,² que correspondem a países que representam cerca de 30% das emissões globais. Se plenamente implementadas, essas contribuições resultariam em uma redução de emissões estimada de 17% (11% a 24%) até 2035, em relação a 2019 – menos da metade da redução necessária segundo o IPCC.

As projeções indicam que o pico de emissões deve ocorrer antes de 2030, e que as emissões cairiam 55% até 2050, valor ainda distante dos 110% de corte acumulado exigidos para alcançar a meta do Acordo de Paris.

Vale destacar que no último ciclo de NDCs, foram apresentadas 168 contribuições. As novas metas refletem somente 38% desse conjunto, o que denota, em parte, o momento geopolítico extremamente conturbado, o aumento das despesas com orçamento militar e as novas políticas norte-americanas que tolhem a ambição climática e impactam as políticas de financiamento.

1. Engajamento de stakeholders no suporte de ações climáticas

O relatório mostra um fortalecimento significativo da governança participativa e da articulação entre diferentes níveis de governo e stakeholders.

- 95% das Partes reportaram engajamento ativo de stakeholders na implementação de suas NDCs, cobrindo ações de mitigação, adaptação e meios de implementação. Os grupos mais frequentemente citados incluem entidades subnacionais, setor privado e sociedade civil.
- 92% mencionaram explicitamente o papel do setor privado, e 86% destacaram sua contribuição direta para a ação climática. As medidas citadas envolvem desde programas de energia renovável e eficiência energética, até planos de descarbonização industrial e setorial e medidas de adaptação voltadas a agricultura, recursos hídricos e zonas costeiras.

¹ UNFCCC. Nationally determined contributions under the Paris Agreement. Synthesis report by the Secretariat. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2025_08.pdf

² Todas as referências citadas consideram sempre o conjunto de 64 NDCs atualizadas. Para fins comparativos é relevante considerar que o relatório síntese de 2024 compreendia 168 NDCs.

Há também crescente integração com instituições financeiras e centros de pesquisa, ampliando a mobilização de financiamento privado, a capacidade técnica e o acesso a inovação. Em síntese, o engajamento multisetorial é reconhecido como um fator essencial para a implementação das NDCs.

2. Mobilização de financiamento

A mobilização de recursos públicos e privados é apontada como condição indispensável para a execução das NDCs.

- 70% das Partes relataram ações específicas para estimular o investimento privado por meio de mecanismos e instrumentos inovadores, como títulos verdes, *blended finance*, fundos de investimento climático e garantias de risco.
- 64% informaram avanços na criação de ambientes propícios para atrair capital privado, tais como planos nacionais de investimento, taxonomias verdes, pipelines de projetos e incentivos fiscais e regulatórios.
-

Os principais setores mencionados como potenciais receptores de investimento privado incluem energia, infraestrutura e desenvolvimento urbano, agricultura e indústria, além de áreas como oceanos, gestão de resíduos e adaptação e construção de resiliência.

Apesar dos progressos, muitos países ainda enfrentam barreiras estruturais para mobilizar capital em larga escala, incluindo custos de transação elevados, percepção de risco, baixa rentabilidade em setores vulneráveis e limitações fiscais.

3. Cooperação internacional

A cooperação internacional é citada por 97% das Partes como pilar essencial para o cumprimento de suas metas. Foram destacadas medidas de mitigação e adaptação, MRV de emissões e remoções de GEE, meios de implementação (financiamento, desenvolvimento e transferência de tecnologia e capacitação), bem como cooperação voluntária sob o Artigo 6 do Acordo de Paris.

- 72% afirmaram depender de colaboração técnica e financeira internacional para executar integralmente suas NDCs.
- 52% mencionaram a implementação de parcerias internacionais em setores como energia, agricultura, silvicultura, saúde, água e gestão de resíduos, com foco na descarbonização e na resiliência climática.

4. O Artigo 6 do Acordo de Paris ganha relevância:

- 89% das Partes pretendem ou consideram utilizar mecanismos de cooperação voluntária em comparação a 64% nas NDCs anteriores.
- 72% planejam utilizar Resultados de Mitigação Transferidos Internacionalmente (ITMOs) sob o Artigo 6.2 e/ou o Mecanismo de Crédito do Acordo de Paris (PACM) sob o Artigo 6.4.

- A cooperação voluntária é crucial para as metas de mitigação de 36% das Partes, que a veem como fundamental para garantir a integridade ambiental e promover o desenvolvimento sustentável.
- 34% estão envolvidas no desenvolvimento, planejamento ou finalização dos marcos legais e regulatórios e demais estruturas necessárias para a implementação efetiva do Artigo 6.

5. Alinhamento com o *Global Stocktake* (GST)

Os planos apresentados indicam que o processo do GST teve forte influência na atualização das NDCs:

- 88% das Partes consideraram os resultados do GST e 80% incorporaram ações concretas que abrangem mitigação, adaptação, meios de implementação, medidas de resposta e perdas e danos.
- 77% reportaram a adoção de compromissos de mitigação alinhados ao GST.
- 71% delinearão esforços para avançar a transição energética. Destes, 40% mencionaram metas e políticas domésticas em áreas-chave da decisão do GST:
 - Aumento da capacidade de energias renováveis e eficiência energética.
 - Aceleração da eliminação progressiva da energia a carvão não mitigada.
 - Transição para longe do uso dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos.
 - Aceleração do desenvolvimento de tecnologias de emissão zero e baixas emissões.
 - Redução das emissões de CH₄ e outras emissões não-CO₂.
- 36% das Partes incluíram abordagens baseadas na natureza e em ecossistemas, focadas em conter o desmatamento e a degradação florestal.
- 33% destacaram a importância dos meios de implementação para a concretização dos resultados do GST.

6. Transição justa

- 70% das Partes mencionaram o tema, associando-o a proteção social, inclusão, justiça e equidade; direitos humanos; requalificação profissional e aprimoramento de competências; redução e erradicação da pobreza; empregos decentes; promoção do acesso a eletricidade sustentável, limpa e acessível; e proteção dos grupos mais vulneráveis.
- 61% abordaram a transição para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos de uma forma justa, coordenada e equitativa, em linha com a linguagem adotada no GST.

7. Florestas

O setor florestal e de uso da terra foi apontado como componente central das estratégias de mitigação, tendo sido incluídos por 84% das Partes.

- 27% descreveram medidas para reduzir o desmatamento e 22% para diminuir a degradação florestal.

- 39% mencionaram sinergias com a Convenção sobre Diversidade Biológica e 22% com a Convenção de Combate à Desertificação.

Essas Partes ressaltam a importância de alinhar as políticas de clima e biodiversidade, aumentando a eficiência de financiamento e o impacto das ações adotadas para atingir objetivos climáticos e de biodiversidade. Além disso, 22% dos planos destacam que ações como florestamento, reflorestamento, manejo sustentável e REDD+ contribuem diretamente para as metas do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e/ou metas de neutralidade da degradação da terra.

8. Adaptação

O componente de adaptação está presente em 73% das NDCs, refletindo maior preocupação com os impactos climáticos já observáveis.

- Todas as Partes descreveram fatores de impacto climático que as afetam. Entre os setores prioritários de maior preocupação estão segurança alimentar e nutricional, recursos hídricos, saúde pública e ecossistemas terrestres.
- 45% das Partes apresentaram esforços para melhorar o monitoramento e a avaliação das medidas de adaptação. Isso inclui o acompanhamento de progresso na implementação e no alcance da NDC, o desenvolvimento de métodos de avaliação de eficácia das ações de adaptação, o fortalecimento dos sistemas de transparência climática etc.
- As sinergias entre adaptação e mitigação cresceram de 53% para 81%, com exemplos como agricultura climaticamente inteligente, conservação de florestas nativas e restauração de ecossistemas.
- 72% incluíram medidas para evitar, minimizar ou tratar perdas e danos, especialmente no contexto de gestão de risco de desastres e infraestrutura crítica.

9. Mitigação

Todas as Partes incluíram metas de mitigação, sendo 89% de abrangência econômica total.

- 92% dos planos apresentados abrangem o setor agrícola.
- 88% definiram metas incondicionais e 67% acrescentaram metas condicionais mais ambiciosas, dependentes de financiamento, tecnologia e capacitação.
- 5% dos planos nacionais indicam o uso de combustíveis de transição como medida para acelerar a transição energética.
- 75% das NDCs incluem metas quantitativas relevantes para a transição energética, alinhadas a trechos específicos da decisão do GST:
- 44% propõem metas quantitativas para aumentar a capacidade instalada de energia renovável.
- 5% comunicaram metas para aumentar a taxa média anual de melhoria da intensidade da energia primária.
- 16% planejam reduzir a geração de energia a carvão.
- 47% pretendem reduzir a porcentagem de combustíveis fósseis não mitigados na geração de eletricidade, enquanto 73% relataram a necessidade de garantir uma

transição justa para comunidades e trabalhadores dependentes de combustíveis fósseis.

- 3% incluem metas quantitativas para a capacidade instalada de energia nuclear, enquanto 8% preveem expansão da capacidade anual de captura de carbono. Além disso, 3% possuem metas para aumentar a produção de hidrogênio de baixas emissões.

Destaca-se que 5% dos planos nacionais indicam o uso de combustíveis de transição como medida para acelerar a transição energética.

Esses dados revelam um avanço no alinhamento entre as metas nacionais e as recomendações do GST, embora persistam lacunas de implementação e financiamento.

10. Meios de implementação

A viabilidade das NDCs depende fortemente da disponibilidade de financiamento, tecnologia e capacitação.

- 88% das Partes apresentaram estimativas de custo, totalizando cerca de US\$ 1,97 trilhão até 2035.
- Destas, 90% identificaram fontes de financiamento esperadas para a implementação de suas NDCs: 56% combinam recursos domésticos e internacionais, enquanto 31% dependem de financiamento externo.
- 46% segmentaram as necessidades entre apoio condicional (tipicamente buscado via fontes internacionais, como fundos climáticos multilaterais, títulos verdes e swaps de dívida por clima) e incondicional (geralmente custeado por fontes domésticas).
- 53% citaram o Artigo 6 como instrumento importante de mobilização de financeira.

Os desafios mais recorrentes incluem falta de dados precisos sobre custos reais, dificuldades no acesso a fundos climáticos multilaterais, limitações na mobilização de capital privado e restrições fiscais causadas pelo endividamento.

11. Tecnologia

- Prioridades de mitigação: 92% das Partes relataram necessidades voltadas à mitigação, com o setor de energia sendo o mais citado (88%), seguido por transporte (65%) e AFOLU (55%).
- Foco em adaptação: 72% das Partes apontaram medidas relacionadas a tecnologia com foco em adaptação, particularmente para sistemas agroalimentares e monitoramento e observação climática (55%).

12. Capacitação

A capacitação foi apontada por 66% das Partes como componente essencial, principalmente em mitigação (69%), adaptação (69%) e transparência (47%). O setor agrícola foi mais citado (53%), incluindo medidas como a melhoria da modelagem climática para respostas de emergência, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis

e o avanço da agricultura climaticamente inteligente; seguido de energia (30%), com foco em resiliência energética e tecnologias de energia renovável.

- 66% das Partes apontaram a capacitação como um componente essencial para a implementação de suas NDCs, principalmente em mitigação (69%), adaptação (66%) e transparência (47%).
- A agricultura foi citada como setor prioritário por 53%, com foco em melhoria da modelagem climática para respostas de emergência, práticas agrícolas sustentáveis e agricultura climaticamente inteligente.
- 30% das Partes demandaram programas de capacitação no setor de energia, com foco em resiliência energética e tecnologias de energia renovável.

Conclusões

O Relatório Síntese das NDCs 2025 evidencia uma lacuna significativa entre os compromissos nacionais e a trajetória necessária para limitar o aquecimento global a 1.5°C. Embora se observe maior qualidade técnica e ambição nas novas NDCs, elas abrangem uma parcela restrita das emissões globais.

O êxito coletivo dependerá da disponibilidade efetiva de meios de implementação, especialmente do financiamento climático. Nos próximos anos, o principal desafio será transformar o avanço técnico das NDCs em ações concretas, gerando resultados mensuráveis em mitigação, adaptação e resiliência.

Este relatório será central para as negociações da COP30. A submissão das NDCs atualizadas deve continuar até o final do ano e ao longo de 2026, o que é essencial para apontar com maior clareza a ambição climática global.